



ENTREVISTA

Cristiana Lucas Silva¹ (Entrevistadora); Maria Manuel Baptista² (Entrevistada).

CITATION

Batista, Maria Manuel (2024). Estudos culturais. Entrevista cedida a Cristiana Lucas Silva. Video Journal of Social and Human Research, 2(2), 1-7. <https://doi.org/10.18817/vjshr.v2i2.38>

SUBMITTED

18/10/2023

ACCEPTED

10/11/2023

PUBLISHED

29/12/2023

DOI

<https://doi.org/10.18817/vjshr.v2i2.38>

AUTHOR

¹Licenciada em Estudos Clássicos e doutorada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Professora Auxiliar convidada da Universidade Aberta e Investigadora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, onde coordena a Linha de Investigação «Revolução do Conhecimento e Circulação de Ideias nas Luzes». É Editora-Chefe da revista e-Letras com Vida — Revista de Estudos Globais: Humanidades, Ciências e Artes.

²Professora catedrática do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, com agregação em Estudos Culturais pela Universidade do Minho, de 2013. Nos últimos cinco anos, tem-se dedicado à internacionalização do campo dos Estudos Culturais

a partir de Portugal, tendo fundado, em 2020, a Rede Internacional de Estudos Culturais (RIEC) e a Rede Nacional em Estudos Culturais (RNEC). É presidente de ambas as redes e representa a Universidade de Aveiro como instituição fundadora. É presidente da IRENNE – Associação de Investigação, Prevenção e Combate à Violência e Exclusão e coordenadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro. Tem-se debruçado, com especial ênfase e produtividade, sobre questões que, no cerne dos Estudos Culturais, acionam campos históricos como os Estudos de Género, os Estudos Decoloniais e Pós-coloniais e o Turismo.

Cristiana Lucas Silva (CS): Tendo em conta o seu percurso académico, poder-se á apontar como disciplinas científicas de interesse e de investigação a Filosofia, a Educação, a Cultura, a Literatura, a História, nomeadamente a História das Ideias e do Imaginário. Temos visto que, nos últimos anos, a interdisciplinaridade tem sido invocada e um objetivo a alcançar no campo da investigação científica, mas sabemos que nem sempre foi assim. Como analisa esta evolução?

Maria Manuel Baptista (MB): Parece-me que a disciplinarização a que as universidades, não só portuguesas, mas internacionalmente, estiveram sujeitas praticamente desde o século xix não serve mais à produção do conhecimento atual. Não se trata mais de dividir a realidade e de cada um aprofundar o seu pequeno espaço com o seu objeto específico e a sua metodologia específica, mas antes de





recuperar o objeto inteiro. Em vez de olharmos para a realidade de forma compartimentada, a verdade é que, hoje, porque nas universidades temos de justificar e legitimar o serviço público que estamos a fazer, saber cada vez mais sobre uma pequeníssima área acaba por não ter relevância, do ponto de vista da sociedade e dos nossos alunos. E, como tal, penso que a exigência que se faz à universidade, hoje, em termos de relevância, de importância, de adequação para a vida de todos nós, levou muito ao estímulo da interdisciplinaridade. Não é fácil. Fácil é continuarmos todos nas nossas áreas, muito específicas, onde nos sentimos confortáveis e onde qualquer deslocação deste paradigma é um desafio. Mas um desafio importante, no meu ponto de vista, e no qual estamos a prosseguir.

CS: *Tem-se afirmado como grande especialista na área dos Estudos Culturais. Em que momento do seu percurso académico decidiu apostar nesta área e até que ponto é que o estudo da obra e do pensamento de Eduardo Lourenço teve alguma influência nessa deriva?*

MB: Essa é uma pergunta muito curiosa, e não é a primeira vez que ma colocam. De facto, eu fiz uma tese de doutoramento em Cultura e depois passei para os Estudos Culturais. Há um fio que liga estes dois campos e que se chama teoria crítica, ou seja, algo que eu já venho a praticar desde que fiz o curso de Filosofia, nos anos 80. Mas o pensamento crítico foi-se aprofundando de uma maneira muito densa com a leitura e o estudo da obra de Eduardo Lourenço, por ter uma grande reflexão crítica sobre uma série de objetos de estudo. De facto, a entrada para os Estudos

Culturais foi uma maneira de ampliar ainda mais esse pensamento crítico, agora num cenário internacional. Eduardo Lourenço tinha como objeto primeiro, e para mim de maior interesse, a questão da cultura portuguesa, da história portuguesa, das mitologias portuguesas, e eu pretendia, de alguma forma, integrar-me num contexto mais lato, a nível internacional, o dos designados *Cultural Studies*, curiosamente ainda muito insípidos em Portugal. Para mim, foi um grande desafio articular as ciências humanas e sociais e as artes e procurar esta interdisciplinaridade, mas sempre dentro de uma reflexão crítica e de um ponto de vista crítico. Mesmo na questão do turismo, a minha abordagem é uma abordagem aos estudos críticos do turismo. É a maneira como eu olho o mundo, muito por causa de Eduardo Lourenço, que me fez desenvolver a dimensão crítica e abstrata da filosofia. Eduardo Lourenço leva essa dimensão abstrata para uma coisa concreta, em termos como Portugal, as mitologias, etc., como ponto de aplicação desse pensamento crítico, e eu pretendia levá-la ainda mais longe, para outros objetos.

CS: *Os Estudos Culturais, na realidade, ainda continuam a ser considerados uma área emergente. Situam-se numa fronteira entre as humanidades e as ciências sociais. Qual é, na verdade, a novidade dos Estudos Culturais face às disciplinas com que dialoga? E de que forma contribuem também para uma renovação das humanidades?*

MB: Essas são as perguntas que normalmente os nossos alunos nos colocam: “Mas isso é o quê? É antropologia? É sociologia? É



filosofia? É história?” Na verdade, os estudos culturais podem ser um pouco de tudo isto: antropologia, sociologia, filosofia, história. Podem estar na interseção destes campos todos e até, cada vez mais, do campo artístico, curiosamente. As artes dialogam com todas estas disciplinas mais tradicionais. Existem muitas leituras e escolas dos Estudos Culturais a nível mundial, como é normal. Na história e na literatura também acontece isso. Portanto, os Estudos Culturais têm muitas variantes. O que me interessa e procuro praticar é articular uma dimensão prática com uma certa representação do mundo. Uma representação teórica, abstrata, imaginária, mitológica, ou seja, articular essa dimensão abstrata com uma dimensão concreta das práticas objetivas das pessoas, das comunidades, dos grupos, através de uma lente central, que é a questão do poder. Trata-se, portanto, de perguntar como é que as práticas das comunidades, dos povos, dos países, são atravessadas por formas de poder e se alimentam de um certo imaginário e de uma certa representação de si e dos outros. Aqui, obviamente, entra um conceito essencial nestas representações, que tem a ver com a questão da ideologia, no sentido marxista e pós-marxista do termo. Isto é teórico, mas olha-se para as práticas das pessoas, portanto é a junção das práticas com as representações. Mas a mim o que me interessa é encontrar nesta articulação as relações de poder. E quando falo de poder, falo no sentido foucaultiano, em primeiro lugar: relações de poder e micropoder, que atravessam a vida de todos os seres humanos, numa escala maior ou menor, e que constituem de facto a cultura em termos de um conceito de naturalização.

Tudo o que para nós é natural e normal pode ser estudado através desta dupla lente. É natural e normal porquê? Qual é a representação, o mito, a ideologia, a história, o imaginário, que está por detrás disto, e como é que esse imaginário informa as práticas quotidianas das pessoas naturalmente, sem que elas tenham sequer tempo para refletir? E de que modo é que isso coloca as pessoas em diferentes lugares de uma cultura? Esse é, para mim, o objeto dos Estudos Culturais, que não encontro nem na Antropologia, nem na Sociologia, nem na Filosofia, em nenhuma delas separadamente, e isso tem exatamente a ver com a marca do nascimento dos Estudos Culturais, nos anos 60, em Birmingham. A marca identitária, o selo, dos Estudos Culturais, e aquilo que a mim me interessa, é exatamente este núcleo que se chama “cultura”, que poderia ser chamado de “comportamentos naturalizados”, sobre os quais pensamos pouco, mas que nos fazem, que nos constituem e que têm a ver com a nossa história, mas também com os nossos projetos de futuro.

CS: Tendo em conta essa relação dos Estudos Culturais com o poder, pode-se dizer que a contestação social, a contestação política, é também uma marca dos estudos culturais?

MB: Ela é-o a partir do momento em que as pessoas tomam consciência de que o que é natural afinal não é tão natural assim, daí a contestação. Os Estudos Culturais não são ativismo, são uma área de produção de conhecimento interdisciplinar que tem características próprias. Por exemplo, quando falamos em questões de género, os alunos, os



investigadores, as pessoas que nos escutam, ou com quem debatemos estes assuntos, chegam à conclusão de que não é natural uma mulher comportar-se de uma certa maneira, de que não há nada de natural nisso, ou um homem comportar-se de uma certa maneira, que é tudo muito cultural, que não há nada de natural naquilo que são os papéis de género, entre outros de que podemos falar. Quando começamos uma desconstrução dessas realidades que para nós são naturais, aí é que vem a contestação: eu não preciso de ficar em casa porque sou uma mulher, não preciso de depender de alguém, de um homem, de um pai, de um maridos, dos filhos. É claro que isso se pode chamar contestação.

A questão dos Estudos Pós-Coloniais é a mesma coisa. Quando começamos a pensar no modo como se constrói a noção de raça e qual é a base do racismo e da nossa percepção, natural, imediata e automática, do corpo do outro como racializado – porque nós, brancos, achamos que não temos raça, que isto é natural –, quando saímos dessa percepção e vamos à História perceber como é que ela se construiu, ela deixa de ser natural e normal. Faz parte da cultura, mas de uma cultura naturalizada que nós temos de desconstruir, pensar de novo e reconstruir noutra base. Porque ela não é pura descrição das relações entre sujeitos, ela é atravessada por questões de poder: o poder simbólico, o poder político, o poder económico, enfim, todo o tipo de poder. Portanto, a questão não está tanto na contestação, mas no momento em que entram o pensamento crítico e a teoria crítica. Aí o mundo fica um bocadinho ao contrário, não é?

CS: Sentiu, ou tem sentido, alguma resistência na academia à receção de uma outra área igualmente emergente, a dos estudos globais?

MB: Muitíssima. Toda. É muito curioso. Eu participo em dois fóruns mundiais dos Estudos culturais com colegas de todos os países do mundo, de todos os continentes. É até difícil termos reuniões, porque não há uma hora em que estejamos todos acordados. Temos representantes de uma grande maioria dos países que se interessam, e dos colegas que estão nas universidades, pelos Estudos Culturais. Não há um único que não tenha uma história para contar acerca da resistência que a academia tem em aceitar os Estudos Culturais. Por muitas razões. A primeira é a tal prática interdisciplinar. O que é uma interdisciplina? Como é que isso se faz? Estamos habituados às disciplinas, e as interdisciplinas desarranjam tudo isso. Mesmo do ponto de vista institucional, é um certo desarranjo: “Quem são estes? O que é que querem?” Mas julgo que isso é normal em qualquer instituição, quando se propõe algo de novo. Depois, porque os Estudos Culturais estão muito associados à tal. Eles põem em causa, põem as pessoas a pensar, interrogam o instituído, e isto cria dentro da própria instituição, que por definição institui, uma espécie de poder crítico, o que desestabiliza. Por outro lado, os alunos gostam muito, ou seja, corresponde muito àquilo que são os desejos dos alunos, sobretudo de mestrado e doutoramento, o que gera uma pressão externa para pôr os Estudos Culturais em ação. Portanto, isto cria muitas resistências e tensões, à medida que outras áreas profissionais se vão esvaziando. Mas acho que isto é uma



crise produtiva, no sentido de legitimizar o nosso papel de académicos e investigadores dentro da universidade como sendo um serviço à sociedade. Não é um serviço de produção de objetos para a economia capitalista, mas um serviço educativo, de investigação e político, no sentido de melhorar a *polis*, a nossa vida em comum na cidade, no sentido grego do termo.

CS: De certa forma, esta resistência acaba também por contribuir para a afirmação dos Estudos Culturais na universidade, porque obriga a uma reflexão.

MB: Onde há poder, há resistência, já dizia o Stuart Hall, o fundador dos Estudos Culturais. E se há resistência, ela vem também do poder. É um lugar incómodo, mas produtivo e interessante.

CS: Como avalia o estado atual da investigação na área das Humanidades em Portugal?

MB: A impressão que eu tenho é a de que há vários tipos de Humanidades. Teria dificuldade em achar que elas são todas iguais. Para ser muito sintética, acho que há dois grandes modelos de universidade e dois grandes modelos de humanidades a funcionar na universidade portuguesa. Temos umas humanidades que insistem no modelo tradicional, dos anos 50, 60 e 70, e onde existe uma certa melancolia pelo paradigma perdido, por já não fazermos Literatura nem História como antigamente. Essa melancolia de alguma coisa que se perdeu, mas que se procura constantemente recolocar: “porque é que não temos o mesmo tipo de objetos, congressos,

revistas, etc.?” O que é normal. Thomas Kuhn tem um livro fantástico, dos anos 60, mas que ainda hoje continua fantástico, chamado *A estrutura das revoluções científicas*, onde explica que quando se passa de um paradigma para outro dá-se um momento de crise, no qual há um paradigma novo, que já está a funcionar no momento da crise, e há o antigo, que continua a funcionar ao mesmo tempo. Portanto, o que esse momento de crise nos mostra é uma luta entre paradigmas velhos e paradigmas novos. Penso que é o que está a acontecer nas humanidades em Portugal. Esse paradigma antigo vai continuar, do meu ponto de vista, até os últimos investigadores o praticarem. Não se trata de converter ninguém às novas humanidades, mas de corresponder aos desafios da contemporaneidade. E é inevitável esta mudança, que tem muitas faces. Não é uma mudança, são muitas mudanças, que estão também ainda em concorrência. Vamos mudar para onde e para o quê? Há muitas perspetivas.

CS: Estas novas humanidades poderão contribuir para uma renovação da própria universidade?

MB: Eu estou convencida de que sim, mas é preciso fazer uma reflexão muito profunda ao nível das próprias humanidades. É claro que o critério da legitimidade social e da nossa justificação enquanto instituição – para que é que servimos, não do ponto de vista utilitário, mas quanto à nossa missão na sociedade – é importante. Mas, por outro lado, penso que poderemos ter um problema de utilitarismo, que é o que já temos hoje, com os nossos colegas das ciências duras a perguntarem-



nos quanto dinheiro é que trazemos para a universidade e quais os financiamentos ou a indústria que nos apoia. Não é esse o nosso foco. Mas eu acho que uma outra universidade e uma outra conceção de humanidades estão a emergir, têm de emergir, e vão recolocar questões às ciências duras. Porém, não as velhas humanidades, que se tornaram, para os nossos colegas das ciências duras, absolutamente irrelevantes. É esta a sensação que eu tenho, pelo menos na minha universidade, que é muito técnica. É muito difícil explicar aos nossos colegas qual é a relevância da nossa área, embora eu ache que ela tem imensa relevância.

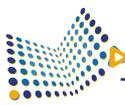
CS: No seu entendimento, quais são os desafios que esta era global em que vivemos traz para a universidade, não só para as humanidades, mas para a universidade em geral?

MB: Há desafios muito práticos, como o de termos de dialogar internacionalmente e com os nossos colegas. Já lá vai o tempo em que a academia portuguesa falava só consigo própria. Esta abertura ao exterior, que tem coisas boas e coisas más, tem a ver com o inglês, que se impôs quase como língua da ciência, que é outra luta a ter. Não é natural. Tem a ver com as razões do poder simbólico, do poder económico, do poder político, que é, portanto, sempre o olhar dos Estudos Culturais. Para além desta questão de termos de nos colocar no sistema de produção mundial do conhecimento, os grandes desafios e impactos que gostaria de sublinhar são, do ponto de vista epistemológico, o de já não podermos pensar o mundo aos pedaços. Ou seja, aquilo

que acontece em Lisboa, neste lugar, está interconectado, e as novas tecnologias, em particular as tecnologias da comunicação, vieram conectar-nos ainda mais. Tudo está ligado. A verdade é que, mais do que nós, seres humanos, estarmos conectados, aprendemos com a pandemia que estamos também profundamente conectados com o meio natural. Portanto, penso que os Estudos Globais, se querem ser realmente globais, têm de tomar a sério esta dimensão do global, de que, de facto, tudo está conectado. Do meu ponto de vista, é crucial a ligação do humano cultural ao biológico e ao tecnológico, porque é isso que faz de nós seres que estão localizados, num tempo, numa cultura, num sistema de forças, e ao mesmo tempo interconectados globalmente. Por isso é que as humanidades devem procurar a tal interdisciplinaridade, em primeiro lugar com as ciências da vida e, ao mesmo tempo, não em segundo, com as novas tecnologias. Isso são as novas humanidades.

CS: Acaba por haver a necessidade de adaptação, que é forçosa, e, nesse sentido, as chamadas humanidades digitais acabam por se impor. Além da importância da comunicação, inclusive das redes sociais, que assumem um papel determinante na universidade como elemento importante de comunicação e de divulgação do que aí se faz.

MB: A coisa é um pouco mais profunda ainda, do meu ponto de vista, porque todos nós nos tornámos ciborgues. A verdade é que todos temos acoplados os telemóveis, os relógios, os parafusos, alguns nas pernas, outros nos pés ., enfim... Somos cada vez mais isso a que Donna Haraway chama "ciborgues". E isso não



é um acrescento. Isso transforma. Transforma o que somos, cultural e biologicamente. Não é por acaso que as crianças e os jovens já têm alguns dedos mais desenvolvidos. Estamos, portanto, num momento extremamente interessante, em que não podemos pensar o humano sem o tecnológico. Porque o humano já é tecnológico. Sempre foi biológico e já é tecnológico. Há um contínuo entre o humano e a tecnologia, sendo que, hoje, com a inteligência artificial, isto está no centro da nossa reflexão: o que é o ser humano?

CS: Essa reflexão que acaba de fazer leva-nos à pergunta: que universidade para o futuro?

MB: A minha universidade de utopia – porque conheço bem as universidades e sei que isto não se faz de hoje para amanhã – seria uma universidade não disciplinar e que se organizasse por problemas, por temas, exatamente como fazem os Estudos Culturais. Se, por exemplo, agora precisarmos de estudar a ria de Aveiro, ela precisa de um biólogo, de um físico, de um especialista no mar, de alguém que perceba as comunidades que vivem em torno dela, a sua história, a sua cultura, precisa de um geógrafo, e por aí fora... Portanto, a universidade do futuro seria aquela que funcionaria por problemas. Se temos uma questão científica a resolver, vamos então articular-nos para responder cada um a partir do seu campo específico, mas trocando áreas, inseminando uma área na outra. Isto é que é a interdisciplinaridade: provocarmo-nos uns a partir das reflexões dos outros, trocando verdadeiramente, estimulando-nos, fazendo perguntas. Obviamente que cada um tem um olhar e olha para o seu olhar específico.

Para mim, a universidade do futuro seria isto. Sem um departamento de química, outro de física, outro de engenharia... Ou, tendo-os, teria um lugar, do meu ponto de vista, muito mais interessante, que seria o lugar onde tudo isto se cruzaria. Porque, na verdade, a realidade está toda conectada. Ao contrário do que se pensa nas universidades, não existe a realidade química para um lado, a física para o outro, depois a literária para outro. Não existe isso. Na realidade, o que temos é um mundo todo interconectado. É claro que para estudar fazemos recortes, mas fazemos mal esses recortes. Temos de os fazer melhor.